

ENGEVIX**Engevix Engenharia S.A.**

CNPJ/MF nº 00.103.582/0001-31

Alameda Araguaia, 3571 – CEP 06455-000 – Centro Empresarial Tamboré – Barueri-SP – Tel.: (11) 2106-0100

Relatório da AdministraçãoEm cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Barueri-SP, 27 de abril de 2011. *A Diretoria***Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)**

Ativo	Nota	2010	2009	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2010	2009
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.749	58.111	Empréstimos e financiamentos	13	72.141	23.271
Aplicações financeiras	4	13.685	13.457	Fornecedores		19.271	32.979
Contas a receber de clientes	5	388.920	300.285	Obrigações tributárias	16	44.068	20.101
Estoques		47.022	101.289	Salários e férias a pagar		56.199	37.194
Tributos a recuperar	6	44.717	47.595	Dividendos a pagar		540	17.360
Consórcios		24.841	–	Consórcios		36.288	19.746
Outros créditos	7	13.520	13.069	Outras contas a pagar		24	4.526
		553.454	533.806			228.531	155.177
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Partes relacionadas	8	51.168	8.234	Empréstimos e financiamentos	13	59.882	102.774
Impostos diferidos		967	–	Partes relacionadas	8	33.105	–
Outros créditos	7	2.491	350	Provisão para contingências	15	2.255	2.320
		54.626	8.584	Obrigações tributárias	16	20.423	24.654
						115.665	129.748
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado				Capital subscrito		220.000	40.000
Intangível				Capital a integralizar		(4.250)	–
				Reserva legal		8.670	7.577
		145.821	36.682	Reservas para expansão		130.584	237.538
				Ajuste de avaliação patrimonial		75	448
Total do ativo		699.275	570.488	Total do passivo e do patrimônio líquido		699.275	570.488

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Subscrito	Capital social A integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2008	40.000	(2.114)	448	7.577	139.165	–	185.076
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	26.848	–	26.848
Aumento e integralização de capital	–	2.114	–	–	–	–	2.114
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	141.525	141.525
Destinação do lucro	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(70.000)	–	(70.000)
Retenção de lucros	–	–	–	–	141.525	(141.525)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009	40.000	–	448	7.577	237.538	–	285.563
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	(26.013)	–	(26.013)
Aumento e integralização de capital	180.000	(4.250)	–	–	(70.000)	–	105.750
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	21.869	21.869
Destinação do lucro	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(31.177)	–	(31.177)
Reserva legal	–	–	–	1.093	–	(1.093)	–
Retenção de lucros	–	–	–	–	20.776	(20.776)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(373)	–	–	–	(373)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	220.000	(4.250)	75	8.670	130.584	–	355.079

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Engevix Engenharia S.A. (“Engevix” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede em Barueri, Estado de São Paulo foi constituída em 9 de março de 1965. Seu principal controlador é a JACKSON Empreendimentos Ltda. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços de engenharia consultiva, sendo responsável pela elaboração de projetos, integração e gerenciamento de empreendimentos nas áreas de energia, indústrias e infra-estrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Resumo das principais práticas contábeis – **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a percentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment), provisão para devedores duvidosos e provisão para contingência. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **c) Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração** – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. **Instrumentos mantidos até o vencimento:** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter instrumento financeiro até o vencimento, então tais instrumentos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados no patrimônio líquido. **Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxo de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração

ou própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ativo está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Caso positivo, a perda cumulativa (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual), menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado (ou no patrimônio, no caso de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda) – é reconhecida na demonstração do resultado. **d) Moeda estrangeira:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02- Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, e depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “empréstimos”, no passivo circulante. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Os serviços executados a faturar referem-se às medições de projetos que serão faturadas mediante emissão futura das notas fiscais e são registradas pelo valor a ser faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. **g) Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **h) Investimentos:** Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido. **i) Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10. **j) Arrendamento mercantil – financeiro:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **k) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem aos gastos com licença e implantação do software do sistema integrado ERP que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 11. Os gastos são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. **l) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, varia-

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009
Receita operacional bruta			
Venda de produtos		297.203	268.178
Serviços prestados		1.228.298	1.199.131
		1.525.501	1.467.309
Deduções			
Tributos incidentes sobre a receita		(115.815)	(108.653)
Devoluções e cancelamentos		(134.448)	(69.186)
		(250.263)	(177.839)
Receita operacional líquida		1.275.238	1.289.470
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados			
Custos dos produtos vendidos		(280.230)	(230.586)
Custos dos serviços prestados		(945.217)	(792.638)
		(1.225.447)	(1.023.224)
Lucro bruto		49.791	266.246
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais		(81.125)	(67.410)
Despesas financeiras		(42.553)	(30.852)
Receitas financeiras		10.365	16.133
Equivalência patrimonial		8.389	(76)
Outras receitas operacionais, líquidas		103.776	694
		(1.148)	(81.511)
Lucro operacional		48.643	184.735
Resultado não operacional			
Receitas não operacionais		177	–
Despesas não operacionais		(117)	–
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias		48.703	184.735
Imposto de renda e contribuição social do exercício	12	(27.559)	(43.210)
Imposto de renda e contrib. social diferidos		725	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		21.869	141.525
Lucro líquido por ação do capital social final – R\$			
Número de ações		64.000.000	32.000.000
Lucro por ação		0,34	4,42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.703	184.735
Ajustes por:		
Ajustes de exercícios anteriores	(26.013)	26.848
Depreciação e amortização	3.586	3.037
Provisões para contingências	(65)	(888)
Provisão para devedores duvidosos	(237)	826
Resultado na venda de ativos imobilizados	(60)	(82)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	22.062	5.418
Equivalência patrimonial	(8.389)	(76)
Ajuste de avaliação patrimonial	463	–
Imposto pago	(26.834)	(24.091)
	13.216	195.727
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber	(88.398)	(137.827)
Redução (aumento) nos estoques	54.267	(79.235)
Redução em tributos a recuperar	2.878	10.651
Aumento em consórcios – ativo	(24.841)	–
Redução (aumento) em outros créditos	(2.592)	48.505
Aumento em imposto diferido	(967)	–
Aumento (redução) em fornecedores	(13.708)	12.258
Aumento em salários e encargos sociais	19.005	4.159
Aumento em contas a pagar	(4.502)	4.037
Aumento em consórcios – passivo	16.542	6.773
Aumento (redução) em obrigações tributárias	19.736	(50.026)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(9.364)	15.022
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(14.749)	(4.408)
Venda do imobilizado	177	40
Investimentos, líquidos, em controladas	(44.999)	(10.258)
Baixa de investimentos em controladas	501	105
Pagamento a partes relacionadas	(9.829)	(7.142)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(68.899)	(21.663)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	331.433	148.211
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(347.517)	(65.166)
Pagamento de dividendos	(48.537)	(52.640)
Integralização de capital social	105.750	2.114
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	41.129	32.519
Aumento (red.) do caixa e equivalentes de caixa	(37.134)	25.878
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	71.568	45.690
No fim do exercício	34.434	71.568
	(37.134)	25.878

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ções monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculado a transação e a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Participações em Consórcio:** No resultado as participações em consórcios são reconhecidas em seus respectivos grupos e nas contas do balanço, linha a linha, na proporção do percentual de participação em cada consórcio e o saldo remanescente do ajuste de participação entre as consorciadas é reconhecido no ativo ou no passivo circulante. **n) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia opta pelo diferimento de lucros não-realizados de contratos com entidades governamentais, conforme faculta a norma tributária. Qualquer que seja o prazo de execução de cada unidade, nos contratos de prazo de vigência superior a dozes meses com pessoa jurídica de Direito Público ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, é facultado ao contribuinte deferir a tributação do lucro até sua realização. **o) Provisão para contingências:** A Companhia segue as diretrizes da NPC 22, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no reconhecimento e mensuração das contingências ativas e passivas. Dessa forma, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há evidências que propiciem garantia sobre sua realização e para os quais não cabem mais recursos. Os passivos contingentes, judiciais e legais, são classificados pela administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, em possível, provável ou remoto, *continua ...*

... continuação

Engevix Engenharia S.A.

sendo as provisões constituídas sobre aqueles que possam ser mensurados e estão classificadas como prováveis.

	2010	2009
Caixa e bancos	20.749	58.111
Aplicações financeiras	13.685	13.457
	<u>34.434</u>	<u>71.568</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 40% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa média de 0,13% a 0,40% ao ano mais variação cambial do dólar norte-americano.

Aplicações financeiras	2010	2009
Banco Fibra Certific. de Depósito Bancário – CDB	8	1.000
Banco HSBC Certific. de Depósito Bancário – CDB	–	240
Banco HSBC Fundo de investimento	240	–
Banco Bradesco Certific. de Depósito Bancário – CDB	887	952
Banco Bradesco Fundo de investimento	–	49
Banco Real Fundo de investimento	–	5
Banco Real Certific. de Depósito Bancário – CDB	15	2.589
Banco do Brasil Fundo de investimento	4.516	–
Banco Santander Certific. de Depósito Bancário – CDB	2.658	5.708
Banco Itaú Certific. de Depósito Bancário – CDB	4.735	–
Banco Safra –	–	–
Nova Iorque Certific. de Depósito Bancário – CDB	451	471
Banco JP Morgan –	–	–
Nova Iorque Certific. de Depósito Bancário – CDB	–	2.443
Banco Votorantim Renda Fixa	60	–
Banco BVA Certific. de Depósito Bancário – CDB	64	–
Banco Panamericano Certific. de Depósito Bancário – CDB	51	–
	<u>13.685</u>	<u>13.457</u>

5. Contas a receber de clientes

Circulante:	2010	2009
No País	59.020	150.794
No exterior	427	9.696
Serviços executados a faturar	330.062	140.621
Menos:		
Provisão para créditos duvidosos	(589)	(826)
	<u>388.920</u>	<u>300.285</u>

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável de contas a receber de clientes.

6. Tributos a recuperar	2010	2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias Vendidas e Serviços – ICMS	–	13.908
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	9.971	12.363
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	5.103	12.352
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	4.441
Programa de Integração Social – PIS	–	962
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	19.481	2.600
Outros	10.162	969
	<u>44.717</u>	<u>47.595</u>

7. Outros créditos

Circulante	2010	2009
Venda de ativos	5.542	7.371
Depósitos judiciais	370	1.900
Outros créditos	7.608	3.798
	<u>13.520</u>	<u>13.069</u>
Não-circulante		
Depósitos judiciais	2.291	–
Outros	200	350
	<u>2.491</u>	<u>350</u>

8. Partes relacionadas – Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e empresas do grupo, como segue abaixo:

Ativo	2010	2009
Jackson Empreendimentos Ltda.	20.133	5.970
Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S.A.	27.826	–
Santa Laura S.A.	106	106
Engevix Angola Engenharia Ltda.	462	255
Engevix Engenharia S.A. – Peru	–	1.033
Enca Engenharia para Indústria de Papel e Celulose Ltda.	222	870
Braspower International Engineering Ltda.	757	–
RG Estaleiros S.A.	324	–
Ventech Tecnologia para Soluções em Energia Ltda.	327	–
Desenvix Energias Renováveis S.A.	870	–
Engevix O&M Óleo e Gás Ltda.	138	–
Infravix Participações Ltda.	3	–
	<u>51.168</u>	<u>8.234</u>

Passivo	2010	2009
Desenvix Energias Renováveis S.A.	10.655	–
Infravix Participações Ltda.	22.450	–
	<u>33.105</u>	<u>–</u>

9. Investimentos – a. Participações diretas em empresas controladas e controladas em conjunto

Empresas	Participação no capital social (%)	Capital social	2010	
			Patrim. líq. (passivo a descoberto)	Lucro (prej.) do exercício
ENCA Engenharia para Ind. de Papel e Celulose Ltda.	50	10	159	(55)
Braspower International Engineering Ltda.	100	1.650	(1.191)	(694)
Engevix Angola Eng [®] Ltda.	45	159	2.744	1.013
Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S/A	100	20.000	44.601	24.601
Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A.	22	102.000	47.330	(47.190)
Engevix Engenharia Mexico S.A. de CV	50	54	578	412
Engevix Mexicana S.A. de CV	100	7	(50)	(3)
Engevix Engenharia S.A. – Peru	45	1.643	373	367
Goias Transmissões S.A.	20	29.095	26.876	(2.219)
MGE Transmissões S.A.	31	18.832	17.683	(1.149)
Empresas	Participação no capital social (%)	Capital social	Patrim. líq. (passivo a descoberto)	Lucro (prej.) do exercício
Ventech Tecnologia para Soluções em Energia Ltda.	50	600	600	91
ENCA Engenharia para Ind. de Papel e Celulose Ltda.	50	–	248	(639)
Braspower International Engineering Ltda.	100	–	–	–
Engevix Angola Engenharia Ltda.	55	174	1.960	66
Engevix Mexicana S.A. de CV	50	7	(46)	(6)
Engevix Engenharia S.A. – Peru	100	67	(53)	(801)
Viabáhia Concessionária de Rodovias S.A.	20	52.000	(148)	(148)

b. Movimentação dos investimentos

	Ventech	ENCA	Braspower	Angola	Viabáhia	Transmissão	Goias	MGE	Controladas	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009	300	431	1.145	3.046	10.768	–	–	–	–	343
Ajuste	–	–	–	–	(284)	–	–	–	–	284
Adições	–	–	–	–	12.040	5.819	5.838	20.000	1.302	44.999
Baixas	(300)	–	–	(51)	(84)	–	–	–	(66)	(501)
Equivalência patrimonial	–	(352)	(1.145)	(1.159)	(12.028)	(444)	(356)	24.601	(728)	8.389
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(601)	–	–	–	–	(235)	(836)
Em 31 de dezembro de 2010	–	79	–	1.235	10.412	5.375	5.482	44.601	900	66.084

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo	Deprec. acumul.	Saldo líquido
Móveis e utensílios	10%	9.325	(4.560)	4.765
Veículos	20%	1.305	(693)	612
Equipamentos de informática	20%	16.302	(10.402)	5.900
Aparelhos de engenharia	10%	5.539	(1.345)	4.194
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	–	–	7
		<u>32.471</u>	<u>(17.000)</u>	<u>15.471</u>
				<u>11.543</u>

11. Intangível – Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuiu registros dos seguintes ativos intangíveis:

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumul.	Saldo líquido
Implantação	–	5.347	–	5.347
Software	20%	2.426	(133)	2.293
		<u>7.773</u>	<u>(133)</u>	<u>7.640</u>
				<u>522</u>

Referem-se, basicamente, aos gastos com licença e implantação do software do sistema integrado ERP, que iniciaram em fevereiro de 2010 com objetivo de melhorar os controles e os processos internos da Companhia.

12. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contrib. social	48.703	184.735
Alíquota efetiva do imposto de renda e contrib. social	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	16.559	62.809
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	–	–
Provisões não dedutíveis	(524)	445
Ajuste de Regime Tributário de Transição	120	(362)
Diferimento de lucro de entidades governamentais	10.824	(17.090)
Parcelamento da lei 11.941/09	–	(1.688)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.241)	–
Lucros no exterior	97	–
Outros	3.724	(904)
Imposto de renda e contribuição social	27.559	43.210
Alíquota nominal combinada efetiva do imposto de renda e contribuição social	56%	23%

Regime Tributário de Transição Impostos e Contribuições Diferidos:

A Companhia apresentou os seguintes valores referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Diferido ativo e passivo:

	2010	2009
IR/CS sobre diferenças temporárias (Ativo)	(967)	–
IR/CS sobre Ajuste de RTT (Passivo)	241	–
Provisão Imposto de Renda e Contrib. Social Total	26.833	43.210
O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é referente as adições temporárias das provisões indedutíveis da Companhia.	–	–
A provisão de imposto de renda e contribuição social passivo são relacionadas aos ajustes do Regime Transitório Tributário (RTT) referente as operações de leasing financeiro de ativos imobilizados, bem como os valores de depreciação dos mesmos.	–	–

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa	Vencido.	2010	2009
Curto prazo				
Banco BFN	19,28% a.a.	–	4.119	–
Banco Votorantim	CDI + 1,55% a.a.	–	6.108	–
Banco do Brasil	CDI + 1,16% a.a.	Out/11	5.000	6.000
Banco Itaú	CDI + 1,40% a.a.	–	5.997	–
Financiamento FINAME	TJLP + 4,1% a.a.	–	166	–
Banco do Brasil (*)	TJLP + 6,4% a.a.	Dez/12	54.158	–
Caixa Econômica Federal	CDI + 0,45% a.m.	Abr/11	12.532	–
Arrendamento mercantil	0,54% a 0,89% a.m.	Nov/13	451	871
Outros	–	–	–	10
			<u>72.141</u>	<u>23.271</u>
Longo prazo				
Banco do Brasil	CDI + 1,16% a.a.	Fev/11	–	1.000
Banco Itaú	CDI + 1,40% a.a.	Fev/11	–	1.000
Financiamento FINAME	TJLP + 4,1% a.a.	Jun/11	–	83
Banco do Brasil (*)	TJLP + 6,4% a.a.	Dez/12	58.581	100.031
Arrendamento mercantil	0,54% a 0,89% a.m.	Nov/13	1.301	660
			<u>59.882</u>	<u>102.774</u>

(*) Refere-se ao contrato firmado junto Banco do Brasil em 11 de dezembro de 2009 com destinação ao financiamento do capital de giro da Companhia, denominado Programa Especial de Crédito (PEC). Sua respectiva liquidação será em 24 prestações mensais, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2011. **Convenants** – Caso, na vigência do contrato, for transferido o controle do capital social e/ou substituído qualquer um dos atuais dirigentes/administradores ou modificado o estatuto/contrato social sem a expressa concordância, o Banco poderá considerar vencida a operação de crédito e exigir a sua imediata liquidação. Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2010	2009
2010	–	1.940
2011	–	50.610
2012	58.581	50.224
2013	1.301	–
	<u>59.882</u>	<u>102.774</u>

14. Arrendamento mercantil – A Companhia possuiu equipamentos de informática num montante de R\$ 3.823 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de três anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 304 relativo a despesas financeiras e R\$ 644 relativo à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

Conselho de Administração	Diretorias Executivas
Gerson de Mello Almada Presidente	Cristiano Kok Gerson de Mello Almada José Antunes Sobrinho
Conselheiros Efetivos	Vice Presidências
José Antunes Sobrinho	Edson Bouer
José Augusto Arantes Savasini	Wilson Vieira
Luiz Cruz Schneider	José Carlos Mendes Lopes
Roger Ibrahim Karan	Lailton Vieira Xavier
Ademar Toshimassa Kajita	Rodolfo de Souza Pinto
Conselheiro Suplente	Diretorias Regionais
Cristiano Kok	Santo Bertin Neto

	Goias	MGE	Controladas	Consolidado
Até um ano	451	57	508	1.137
De um ano e até cinco anos	1.301	324	1.625	873
				213
				1.086

15. Provisão para contingências – A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2010	2009
Trabalhista	2.255	2.320
	<u>2.255</u>	<u>2.320</u>

16. Obrigações tributárias

Circulante	2010	2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias Vendidas e Serviços – ICMS	–	97
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	14.828	6.077
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	2.188
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	19.420	4.866
Programa de Integração Social – PIS	3.284	962
Imposto Sobre Serviço – ISS	4.582	5.844
Outros	1.857	164
Subtotal – Circulante	<u>44.067</u>	<u>20.101</u>
Não Circulante		
Parcelamento de impostos federais – Lei 11.941/09	20.423	24.654
Subtotal – Não-circulante	<u>20.423</u>	<u>24.654</u>

17. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31/12/2010, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 64.000.000 (32.000.000 em 2009) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme quadro acionário apresentado a seguir:

Descrição	Percentual	Quantidade de ações
Jackson Empreendimentos Ltda.	99,999600	63.999.744
Outros	0,000400	256
	<u>100</u>	<u>64.000.000</u>

b. Reservas: • Reserva legal – É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Reserva para expansão – A reserva para expansão refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimento, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administrados da Companhia, para ser deliberado na Assembléia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. c. Remuneração aos acionistas: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

18. Instrumentos financeiros – a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. b) Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação às transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. c) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito